



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Instituições Internacionais, Crise Europeia e Democracia:

singularidades da reinvenção brasileira no após 1988

Alberio Neves Filho

Como citar: NEVES FILHO, A. Instituições Internacionais, Crise Europeia e Democracia: singularidades da reinvenção brasileira no após 1988. *In:* PASSOS, R. D. F.; FUCCILLE, A. **Visões do Sul:** crise e transformações do sistema internacional (volume I). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 133-160.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-789-0.p133-160>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS, CRISE EUROPEIA E DEMOCRACIA: SINGULARIDADES DA REINVENÇÃO BRASILEIRA NO APÓS 1988

Alberio Neves Filho

1 UM INTERREGNO: IGUALDADES E DESIGUALDADES DO SUL E NORTE ATRAVÉS DAS CRISES DAS DÍVIDAS

Aproveita-se da apresentação desse trabalho para adentrar e assegurar algumas reflexões mais gerais sobre uma suposta nova fase do capitalismo e as crises mais gerais advindas de seu processo de reconfiguração. Mas nem por isso afasta-se dos problemas intelectuais e concretos pelos quais associam-se os vínculos, inclusive aqueles morais, das relações entre o Sul e o Norte. Aqui procura explorar na igualdade das condições as desigualdades entre esses mundos. O uso generalizado no Norte das políticas sociais e macroeconômicas pré-Keynes, demarcando os termos do Neoliberalismo daquela região, não leva a que esse seja o marco para supostas avaliações comparativas ou singularizadoras. Por outro lado, não há como descartar que a intromissão dessa fase Neoliberal sujeita a ambos, Sul e Norte, ao mesmo paralelismo convergente, mantidas suas condições históricas originárias.

Nesse sentido, para um devido recorte, deve-se enfatizar que não é de agora que diversas teorizações e programas de pesquisas buscam com-

<https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-789-0.p133-160>

parar o Sul e o Norte, em suas diversas dimensões social, econômica, cultural, institucional, política e etc. Claro que também os historiadores, a Ciência do Direito, a Diplomacia e as Teorias de RI e todas as demais áreas de conhecimento se debruçaram ou, melhor, ainda se debruçam sobre a natureza dessas relações.¹

Interessante observar que na presente situação da crise no e do Norte, esses trabalhos tendem a ancorar essa comparação nas semelhanças que ocorreram e ocorrem frente às crises das dívidas, dos anos de 1980-90 na América Latina e 2008-2011 no caso mais específico da União Europeia.

O estímulo para tanto decorre da ação e da natureza dos programas de ajustes macroeconômicos os quais induzem ao semelhante tratamento institucional e de políticas de ajuste, sob manto do FMI e das políticas macroeconômicas, marcadas pela sua natureza contracionista, colocadas em ação pelos respectivos Bancos Centrais e afinados com aquela Instituição. Assim, seja à luz dos seus efeitos paradoxais e contraditórios, bem como observado pela matriz dos interesses financistas aí incorporados e que os move, em que pese aqui as simplificações, tendem-se a concluir que tais conjunturas se assemelham. O fundamento teórico neoliberal encontram-se presentes para ambas as situações, em seus respectivos momentos de crise.

Ou em outra matriz teórica, o desequilíbrio encontrado no interior da crise da União Europeia decorre de problemas gerais de governabilidade, vinculados a uma interferência indevida do Estado e, especialmente, sua estrutura tributária que acarreta ineficiências, a manutenção de taxas de juros tendencialmente negativas e de seus efeitos sobre o nível dos investimentos e etc. Em um quadro teórico mais abrangente, os estudos sobre a crise são determinados pelos avanços obtidos com as exposições e pesquisas acerca da natureza dos ciclos de negócios. Distúrbios tecnológicos, falhas de mercado, a rigidez para baixo, dos salários e sua compressão sobre a produtividade, respondem pelo atual desequilíbrio econômico.

Evidentemente que a busca por semelhanças e dessemelhanças em todos os níveis são parte corriqueiras desses estudos comparativos e

¹ Cabe aqui pelo impacto e desdobramentos, Morse (1988). Também na área das RI, os estudos pós-colonialistas, estruturalistas e de tradição no Marxismo são igualmente relevantes. (BROWN; AINLEY, 2005).

tanto lá no Norte, quanto cá merecem sempre ser revisitados. E em um quadro mais geral a referência desses estudos atuais recuam muito no tempo. E sem pretensões de desenvolver essas relações, ainda que fosse útil deter-se sobre as evidências que suportem tal assertiva, talvez se possa catalogar em três grandes grupos as referências contidas e pressupostas nesse tipo de análise comparativa colocada pelas semelhanças conjunturais.

Muito sinteticamente: a) há um grupo de trabalhos os quais podem ser agrupados por um suposto metodológico que afirma a independência e autonomia das lógicas internas de cada região, à luz de uma certa suficiência heurística, inclusive para afirmar semelhanças e dessemelhanças entre Sul e Norte.

Por seu turno, b) por supostos também teórico-metodológico existem outros grupos de trabalhos que vão no sentido de tratar e reconhecer como seu objeto os problemas colocados pelas supostas situações diversas de interdependência, dependência, inserção, unicidades e semelhanças e mais recentemente, globalização, sempre aqui no sentido mais largo dessas expressões. Esses projetam nas qualidades e fundamentos e no uso das teorias possíveis divergências ou semelhanças.

Não é difícil observar um terceiro grupo de trabalhos. Seu ponto de partida não é o método mas uma certa suposição ontológica, historicamente expressa pela lógica da acumulação e reprodução capitalista. Trata-se de afirmar que Sul e Norte, em uma armação espelhada criam-se no interior de um Estado-Nação, Região ou Ator suficientemente universal, o capitalismo, que de maneira diversa alimentam-se a partir de várias lógicas de reprodução do capital em movimento, concretizando-se em uma única forma histórica de expansão econômica ou próxima dessa.

Se notadamente as modificações de natureza teórica e intelectual, já vinham sendo construídas existem há muito tempo, com as rupturas na matriz dos eventos econômicos e de suas políticas, ao longo dos anos de 1980, se dá uma nova retomada dos estudos comparativos e à luz dos problemas diagnosticados pelos efeitos do final do Sistema de B. Woods e as reacomodações críticas em poder financeiro e industrial daí decorrentes. Tal qual no período anterior, hoje é visto logo no após 2001, novas tensões

teóricas que ainda não se resolveram na forma de uma outra hegemonia científica e intelectual.

É no interior de toda essa discussão muito ampla e geral que não pode ser aqui condensada, que chama a atenção, observando-se a catalogação acima, as possibilidades e limitações abertas pelas teorizações que buscam identificar, segundo suas especificidades, na crise europeia e na crise da dívida latino-americana dos anos de 1980, um conjunto de semelhanças ou dessemelhanças tanto em sua origem quanto nos seus efeitos, especialmente sociais.

Porém em que pesem as semelhanças se quer indicar aqui que essas, aparentemente existentes, expressam o quanto possuem, essas economias e sociedades, de não-semelhanças, frente as condições históricas que lhe são únicas. A América Latina não deve servir de padrão ao entendimento da crise da União Europeia, posto que, primeiro, no caso dessa houve, em geral, a destruição de suas moedas, associada a inflações de preços, cometidas pelo lado da oferta em um contexto onde as dinâmicas industriais e financeiras seguiam outros caminhos. Segundo, as disparidades sociais e históricas no interior das sociedades latino-americanas as impede de servirem de comparações em relação a construção da União Europeia e tampouco do observado na zona do euro.

Se por certo existem dinâmicas globais as quais permitem concretizar os termos das análises, exatamente por essas condições gerais imporem ou explorarem aquelas de natureza mais particulares e mesmo que se tome para as considerações uma economia com um parque industrial do tamanho da brasileira relativamente próximo a alguns parques industriais europeus, como material de generalização comparativa, é pouco provável que esse caminho se sustente. A caracterização da crise da dívida feita por Coutinho e Belluzzo (1996), ao indicar o entrecruzamento entre essas, produz uma singularidade dinâmica peculiar para A. Latina.

A América Latina, durante a década dos 80, experimentou um longo período de inflação elevada, entremeado por surtos de hiperinflação, o que, em alguns casos, culminou na destruição dos padrões monetários nacionais. A brusca ruptura dos fluxos de financiamento externo, no início da década, desencadeou uma severa crise cambial, que se desdobrou em grave

desestruturação fiscal e na progressiva perda de capacidade de gestão monetária por parte do Estado. Sob o impacto de significativas desvalorizações cambiais, a desestruturação fiscal foi o resultado do esforço de refinar ou encampar as dívidas em moeda estrangeira do setor privado ou do próprio setor público, em uma situação em que as receitas tributárias eram declinantes em termos reais, diante da aceleração da inflação e da trajetória recessiva da economia (COUTINHO; BELLUZZO, 1996, p. 137).

Especialmente naquilo que deveria parecer mais semelhante entre as economias e as sociedades, i.é., a interferência do FMI sobre as políticas de ajustes e suas imposições ao Banco Central Europeu:

Retrospectivamente podemos dizer que esta transformação da crise cambial em uma crise aguda do padrão monetário decorreu, em boa medida, das políticas de ajustamento recomendadas pelos organismos multilaterais. A combinação entre tentativas de desvalorização real da taxa de câmbio e austeridade fiscal/monetária revelou-se inconsistente, em uma circunstância em que o Estado carregava estoques muito elevados de dívida em moeda estrangeira e, ademais, só tinha condições de financiar a transferência de recursos para o exterior através da ampliação do endividamento interno de curto prazo (COUTINHO; BELLUZZO, 1996, p. 138).

Visto apenas o processo de industrialização brasileira, ancorado na participação do capital externo, da intervenção do Estado e do capital estrangeiro, portanto, atado com aqueles fatores externos, C. Tavares sublinha os problemas para a realização do valor onde ocorre uma tendência para estagnação, determinada pela capacidade subutilizada do setor de bens de capital, impactado por uma estrutura de demanda insuficiente e os seus efeitos para a reprodução do capital, como um todo:

A produtividade macroeconômica da capacidade produtiva instalada tenda a aumentar, tanto pela atualização dos rendimentos de escala dos novos investimentos postos em marcha a partir de fins da década, como pelo aumento de economias externas e de aglomeração resultantes da maturação dos investimentos em capital social básico, realizados durante o período e a concentração industrial em poucos polos urbanos. Estas últimas, não obstante, não atuam do lado da demanda [...]. O aumento da produtividade conjunta do capital e do trabalho não se transfere de forma proporcional nem aos preços nem aos salários [...] Os problemas da tendência à sobreacumulação das grandes empre-

sas são, pois, muito mais dramáticos do que nas economias maduras. (TAVARES, 1986, p. 139).

No caso de uma semi-industrialização, ainda que avançada, os encadeamentos entre progresso tecnológico e prática sindical tornam-se tênues, borrando os mesmos efeitos, que é observado para aquelas economias de estruturas oligopolizadas maduras, consideradas nos termos de M. Kalecki (1995).

Posto dessa forma, em tal contexto as políticas de ajustes macroeconômicas na América Latina, as quais tendencialmente passam inclusive a flertarem com a necessidade de apoio de uma moeda forte e dependentes que se estavam da entrada de novos fluxos de financiamento para a saída da crise, vão distanciarem-se em muito da conjuntura mais atual, crítica europeia.

Se assim, as razões originárias das crises da dívida na América Latina, os resultados políticos e sociais na forma de resposta as crises, igualmente no médio prazo encaminharam-se às políticas de apoio a intervenção ou presença constante do Estado no interior mesmo da crise econômica. Salvaguardo um primeiro período titubeante nesse sentido, os indícios configuravam, ao final dos anos de 1990 em função da permanência da crise, uma nova situação política de abertura e de negação das soluções comandadas pelo “Consenso de Washington”, em prática até então.

E a partir desse momento, conseqüentemente, ao apoiarem as práticas das políticas de intervenção que acomodam, a partir da presença do Estado em geral, as diversas formas de desenvolvimentismo, fincaram bases e sustentaram os regimes políticos com pretensões mais à Esquerda que lhe foram próprios, ao longo desse período e no momento pós-crise.

Negada a aparente semelhança, entre o Sul e o Norte, para reafirmá-la em outro plano através da crise das dívidas atenta-se agora para a sua dinâmica específica na situação europeia, qual seja: primeiro, os fatores políticos que afastaram os diversos tipos de controle de capital, tem nessas economias elementos de universalidade e vestem a economia mundial como um todo de maneira contraditória. Especialmente aqui ressalta-se a liberalização e desregulamentação dos diversos tipos de capital financeiro e diga-se, desde já, que a ponte Sul e Norte recompõe-se a partir dessa novidade que surge ao meado dos anos de 1970.

Segundo, a abertura comercial e produtiva, caminha também nesse mesmo sentido e para ambos os casos o lado doméstico das economias nacionais avançadas surgem como aparentemente autônomas em relação as demais economias nacionais. Terceiro, e mais importante para o que aqui segue, a entrada em cena, a construção e operação de políticas pré-Keynes de natureza estagnacionista, como resultado da contradição de mais longo prazo, entre a produção do capital e a realização do excedente econômico dessas economias capitalistas avançadas.

Na sua totalidade, o Neoliberalismo que padroniza a economia mundial após esse período, tornando-as dessemelhantes por uma outra via, é uma resposta ideológica para responder à tendência à queda da taxa de lucro na reprodução do capital, como um todo.

2 A ESTAGNAÇÃO COMO POLÍTICA DE AJUSTE NA UNIÃO EUROPEIA

Em suma, a crise atual da Europa e especial da Zona do Euro expressa os conteúdos de uma fase depressiva que constitui-se já ao final dos anos de 1970. Robert Brenner (1999), a caracteriza no interior por onde as relações de concorrência da economia dos EUA, Europa, Japão e Ásia, bem como o custo de uso e o nível de maturidade do equipamento de capital, convergem para uma crise que toma contornos de uma longa tendência à queda da taxa de lucro, tanto na zona do euro como na economia norte-americana.

Tanto a intensificação da concorrência capitalista, bem como a esterilização dos efeitos da inovação tecnológica, à luz do refluxo da luta de classes a favor dos produtores de valor e reversão da ação do Estado, são marcas dessa fase descendente que modificando-se, perduram até hoje.

Brenner, em seu diagnóstico sobre a longa crise capitalista, em que pese as diferentes dinâmicas das economias centrais, essas confrontaram-se com os efeitos decorrentes das baixas taxas de crescimento do setor manufatureiro. Sendo que a impossibilidade da recuperação desse setor, envolvido por uma movimentação que se dá entre sobre capacidade e super-produção, determinará a temporalidade e continuidade das condições da crise.

[...] El rápido aumento de utilidades discrecionales que hasta entonces facilitaba la fácil reasignación de los medios de producción en nuevas industrias como había sido en la mayor parte de la postguerra, llegó a su término, y se volvieron líneas alternativas que dejaran adecuadas tasas de retorno. Una parte desproporcionada de la caída en la demanda fue consecuencia del desproporcionado largo descenso en el crecimiento del sector manufacturero. Obligadas a confrontar un nuevo modelo de necesidades económicas, las empresas enfrentaron mayores dificultades en descubrir dónde se generaría un más lento crecimiento de la demanda, o bien como crearlo, algo mucho más oneroso por su reducida capacidad para financiar investigaciones y desarrollo. (BRENNER, 1999, p. 213).

As dívidas públicas e privadas, sustentadas pelas políticas keynesianas e dos mercados de capitais, por outro lado, se de um lado atuam no sentido de evitar uma depressão mais geral por sobre essas condições do período, por seu turno convertem-se elas próprias na âncora, devidamente alterada, para produzir os novos termos da fase depressiva que se alonga.

Os aspectos mais contraditórios dessa modificação, ressaltados em João Sayad (2001, apud POMERANZ; MIGLIOLI; LIMA, 2001, p. 243-256), qual seja, o tratamento da inversão dos termos das políticas keynesianas de estimuladora e complementar à sustentação da demanda agregada, que converte-se em política monetária contracionista, sustentando altas contínuas das taxas de juros, associadas às práticas de reduções dos estímulos fiscais contra-cíclicos.

Porém, em sendo uma condição endógena ao processo da reprodução capitalista como um todo, essas políticas contradizem e comprometem-se, agora e dessa forma, com as condições depressivas de longo prazo que toma curso e vai induzir a reprodução capitalista na virada do Século XX para o XXI, em termos mundiais, a produzir um consistente estado de reprodução simples.

Nessas condições pelas quais a reprodução simples do capital se faz presente distanciam-se e serão marcadas por lógicas distintas, reafirmando-se em uma nova síntese, a produção do capital e os termos de sua propriedade e forma de apropriação.

Se na nova síntese do capital, a reprodução se faz com baixo nível de reinvestimentos da mais-valia produzida, alimenta-se a autonomia

do movimento de circulação dos capitais, especialmente naqueles termos de apropriação e do exercício da propriedade do excedente sobre o capital, a qual recai sobre a maneira de avaliar-se os ativos que possam render riquezas.

Logo, os elementos de ruptura estrutural e de crises surgem a partir dos elementos mais aparentes do sistema, manifestando-se na forma de uma crise que contrapõe as impossibilidades da reprodução do capital frente a lógica da propriedade e da apropriação da riqueza líquida e, em especial, da capacidade política de ter-se no capital dinheiro a propriedade de medi-la ao longo do tempo (BELLUZZO; ALMEIDA, 1989).

Sem desaparecer o próprio capital como resultado do processo, a reprodução simples assim posta cria valores para além da capacidade dada pela força de trabalho viva em uso, autonomizando esses valores no âmbito da circulação do capital em forma líquida, bem como limita sua reprodução ampliada, com baixas em todos os setores produtivos e consequente redução dos níveis de emprego e renda.

As possibilidades de inovação tecnológica ou a criação de novos mercados, per si, não atende obrigatoriamente a plena utilização da capacidade produtiva e, nesse quadro ditado pela superprodução, a crise na reprodução simples do capital aprisiona, portanto, nessa sua dinâmica, suas flutuações cíclicas.

Enquanto que os requisitos para a reprodução ampliada dissolvem-se através e pelo “resultado de uma mudança na estrutura social da classe capitalista [...]” (KALECKI, 1987, p. 13), hoje patenteada na predominância da financialização do capitalismo. Se por certo essa forma de poder social depende da entrada em cena de um conjunto de atores definidos contemporaneamente como *Rentistas* e o desenvolvimento das instituições as quais lhe premiam, vale insistir que frente ao fato de que a produção de bens no capitalismo per si leva tempo, a lógica do endividamento torna-se algo endógeno à produção do capital.

Assim, em havendo outras maneiras de se manter o capital na forma de dinheiro devidamente valorizado, a expectativa do enriquecimento por parte desses e dos capitalistas em geral, sanciona, precisa ser ressaltado, contraditoriamente as possibilidades de valorização de ativos, para além

do processo produtivo. A tendência à queda da taxa de lucro nessas condições fica magnificada pela liquidez do movimento do capital dinheiro, agravando-se tanto o desemprego, em função da falta de investimento, tornando-o estrutural, como também os termos da distribuição da renda, afunilando-o.

Uma formalização dinâmica da reprodução simples do capital, que vai se formando à luz de um processo de superprodução de capital e da impossibilidade de sua reprodução ampliada, fixando os fundamentos da reprodução simples que dela deriva, permite postular o caminho desse movimento. Assim, na síntese da discussão colocada em Geert Reuten (ARTHUR; GEERT, 1998) o esquema da reprodução simples do capital, em dois departamentos é apresentado da seguinte forma:

Para:

I = Departamento de meios de produção;

II = Departamento de meios de consumo;

c = capital constante;

v = capital variável;

s = mais valia;

obtém-se:

Assim,

Por definição, a reprodução simples: , pela qual “[...] Marx derives the following proportionality condition for simples reproduction [...]” (ARTHUR; GEERT, 1998, p. 197).

Porém, ocorre que, quando continua, a reprodução simples enseja em sua movimentação uma tendência secular à estagnação. Invertem-se, por assim dizer, suas determinações originárias as quais, na condição de variáveis dependentes, e , passam a ditar a dinâmica e o tamanho do produto tanto do setor I , quanto do setor II . O gasto improdutivo de s , sem dúvidas o proveniente do capital a juros, desequilibra em relação a , com todas as consequências já antecipadas em Marx (1996), ensejando sua lógica reprodutiva de longo prazo.

Uma dinâmica observada para a reprodução ampliada vai adequar-se a partir de então suas suposições, aqui apenas ressaltada, para alimentar o processo da estagnação que se faz na lógica da reprodução simples. Vários tipos de contradições e de movimentos do capital instaura-se e outras possibilidades são descartadas pelos novos pressupostos da acumulação.

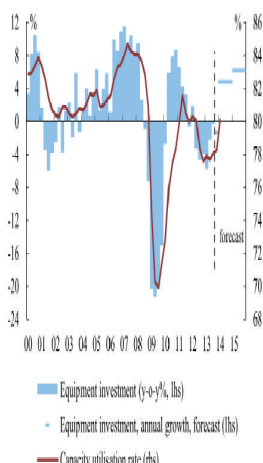
A história e as conjunturas da economia mundial sobem ao palco para dar relevo aos novos aspectos reprodutivos do excedente econômico assim germinados. Especialmente, as economias avançadas, hoje, demonstram a baixa potência e fragilidade de uma economia que opera nesses termos. A sequência de dados que segue sobre a Europa e a Zona do Euro tem por objetivo revelar o quanto esse estado de reprodução simples constituiu-se, em seus próprios termos, em um objetivo da política econômica, sem que essa consiga superar seus próprios fundamentos.

Primeiro, gráfico 1, na Europa como um todo, os níveis de investimentos e o grau de utilização da capacidade do setor manufatureiro expressam a pertinência da tendência à queda da taxa de lucro. A dramatização da queda do grau de utilização da capacidade no momento maior da crise, não oculta a tendência observada pela sua trajetória, em baixa, desde os anos 2000. Os níveis ano a ano dos investimento em capital fixo, possuem o mesmo perfil, inferiores a 10%, em todo o período.

Segue-se que a retração de 2008 a 2010 e a baixa em 2012/13, demonstram de maneira bastante clara que o estado de reprodução simples, acarreta flutuações as quais não permitem melhores níveis de investimentos produtivos e tampouco melhores performances para a capacidade utilizada.

Gráfico 1. Investimento em equipamento e grau de utilização da capacidade

Europa



Fonte:European Economic Forecast, Winter 2014.

Esses seus aspectos retrocedem, no geral ao quadro desenhado após a crise de B. Woods, especialmente a partir de meados dos anos de 1990. O produto bruto do G.7, demonstra tendência a permanecer no intervalo de 1.00% a 2.00%. Para o ano de 2000 a 2007, a zona do euro tem uma queda na produtividade do trabalho, quando comparado a 1960, para 0.9%, tal qual demonstrado na Tabela 1.

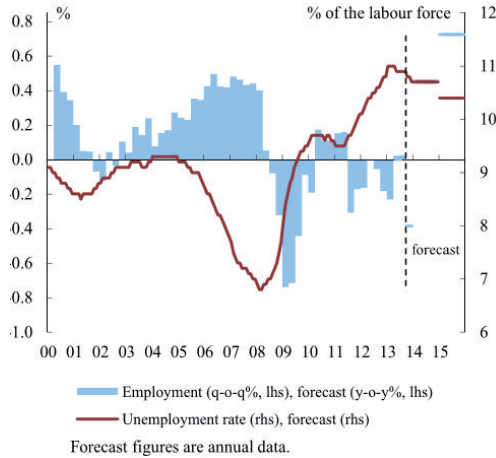
Tabela 1. Estagnação da economia capitalista: 1979-2007

DECLINING ECONOMIC DYNAMISM, 1960-2007 (average annual per cent change)					
GDP	60-69	69-79	79-90	90-00	2000-07
US	4.2	3.2	3.2	3.3	2.3
Japan	10.1	4.4	3.9	1.3	1.4
Germany	4.4	2.8	2.3	2.1	1.2
Euro 12	5.3	3.2	2.4	2.2	1.9
G7	5.1	3.6	3	3.1	
			2.9	2.5	2
Private Real Non-Residential Capital Stock (plant and equipment)					
US	3.9	3.7	3.0	2.9	1.8
Japan	12.5*	9.4	6.1	2.9	1.1**
Germany	6.7	5.2	3.3	2.4	1.2
Industrial	5.0	4.2	3.1	3.3	2.1
Total Economy Labor Productivity (GDP/worker)					
US	2.3	1.2	1.3	1.7	1.7
Japan	8.6	3.7	3	1.1	1.8
Germany	4.2	2.5	1.3	2.5	1.5
Euro 12	5.1	2.9	1.8	1.9	0.9
G7	4.8 (60-73)	2.8 (73-79)	2.6	1.9	1
Total Economy Real Compensation (per employee)					
US	2.7	1	0.8	1.9	0.6
Japan	7.5	3.9	1.7	0.8	0.1
Germany	5.7	3	0.8	2.3	0.2
Euro 12	5.8	3.2	0.6	1.1	0.4
Real GDP Per Capita					
	60-69	69-79	79-90	90-00	2000-07
US		2.2	2.1	1.9	1.4
Japan		4.1	3.2	1.4	1.5
Germany		2.9	1.9	1.5	1.2
Euro 15		2.8	2.0	1.9	1.6
Private Total Real Compensation (employment times compensation per employee)					
US	4.4	3.5	2.5	3.2	1.3
Japan	6.9	6.4	2.9	1.8	0.7
Germany	2.5	-0.4	1.6	1.7	-0.3
Private Employment					
	60-69	69-79	79-90	90-00	2000-07
US	1.8	2.1	1.9	1.3	0.9
Japan	1.4	0.8	0.9	0.2	-0.3
Germany	0.2	0.3	1	0.4	0.2
EU-12	0.2	0.4	0.7	0.7	1.1
Real Personal Consumption Expenditure					
US	4.4	3.2	3.5	3.5	2.9
Japan	9	4.7	3.7	1.6	1.4
Germany	5.1	3.4	2.1	2.2	0.3
EU-12	5.6	3.7	2.3	2.1	1.6

Fonte: Brenner (abr. 2011). Disponível em: <<http://www.escholarship.org/uc/item/0sg0782h>>.

Segundo, o gráfico 2 ao espelhar o baixo nível do emprego e o alto nível do desemprego, delineados pelos aspectos estruturais que essa forma de reprodução acarreta, revela tanto uma condição necessária para manutenção dos termos da valorização do capital na forma de capital dinheiro, como também, demonstra ser a variável de ajuste para as políticas neoliberais, acatadas por essas economias na era pós Reagan-M. Thatcher.

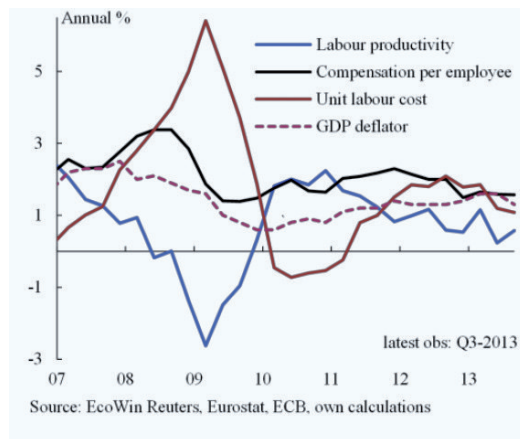
Gráfico 2. Taxa do desemprego e do nível do emprego da força de trabalho. Europa.



Fonte: European Economic Forecast (Winter 2014).

Terceiro, o gráfico 3 indica o quanto a queda nos níveis de produtividade e de custo da mão-de-obra, acompanham a tendência desse processo de estagnação secular. Em continuidade, o gráfico 4 demonstra as consequências daí advindas na forma de uma taxa de crescimento negativa do produto bruto, tanto para a Europa como para a zona do Euro.

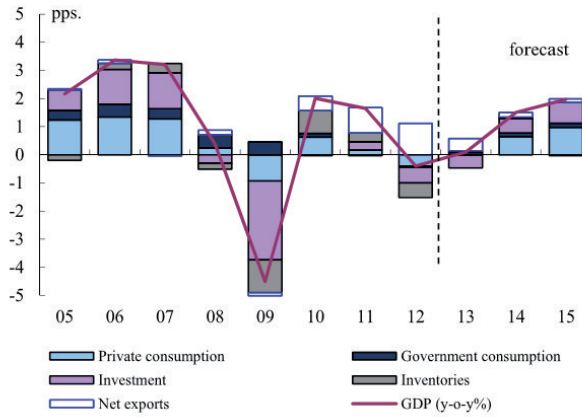
Gráfico 3. Custo do trabalho e produtividade na euro zona.



Fonte: European Economic Forecast (Winter 2014).

Finalmente, nessa rápida abordagem empírica, tanto o consumo privado, como aquele do Governo na Europa, em queda, acompanham o nível do produto bruto e fundamentam a expectativa de crescimento econômico nos mercados externos, revelando as dificuldades internas provenientes dos mercados domésticos, à luz dos indicadores acima.

Gráfico 4. Crescimento do Produto Bruto e de seus componentes. Europa.



Fonte: European Economic Forecast (Winter 2014).

3 DEMOCRACIA E AS POLÍTICAS DE AJUSTES MACROECONÔMICOS NA CRISE DE 2008 E SEUS EFEITOS

As condições políticas pelas quais esse quadro mais geral coloca-se envolvem dinâmicas nacionais que esclarecem suas possíveis trajetórias e contradições de natureza histórica. Não obstante, um processo comum irradia-se para todas essas sociedades e hoje consensualmente concebido como uma prática política, social e econômica conceituada como um Novo Liberalismo.

Novo liberalismo aqui define-se como o entrocamento havido, com a ruptura da coalização política que sustentava o Sistema de B. Woods, entre a inversão do pressuposto da atuação subordinada das políticas monetárias às políticas fiscais dos Estados nas economias avançadas.

Agora a política monetária movida pela taxa de juros nominal, orientando-se pela contenção dos preços e necessária para este novo processo, concebendo-se a política fiscal como ineficaz para este fim, na qual

deve complementar-se, para seu êxito, o desmantelamento dos Sindicatos e generalizadamente das Associações dos trabalhadores em suas diversas formas de organizações, os quais de forma ou de outra vinculavam-se na lógica da política de sustentação da demanda agregada.

A partir daí dar-se-á um novo enredo ao comando das políticas públicas nessas sociedades e em seu exercício de poder, criando-se os fundamentos que convergiram para dar forma ao Neoliberalismo, como uma prática política inovada de dominação capitalista.

[...] A chegada ao poder do Estado desse mais novo Conluio entre as classes proprietárias fez aumentar sua capacidade ideológica, em relação aos demais setores sociais. Logo, os interesses acomodados por essa nova capacidade política dita o perfil distributivo para a sociedade e, em especial, determina os processos mais gerais pelos quais se darão a reprodução do capital, em termos de investimentos, preços e déficit público. Imposições que vão no sentido de disciplinar condutas sociais e as regras de funcionamento do mercado de trabalho, tem por objetivo causar recessão, evidentemente tendo como justificativa a derrubada da inflação estrutural dessas economias, para alcançar-se estabilidade política. (NEVES FILHO, 2012, p. 212-213).

Se em sua condição originária e reprodutiva o capitalismo empreendeu sua dinâmica mais geral afirmando a separação entre propriedade, posse, produção e apropriação como fundamentos econômicos strict sensu da configuração da esfera política, democrática, como um todo, o Neoliberalismo as recompõem à luz da redefinição dos seus próprios termos.

[...] In contrast with the notorious *laissez-faire* and human propensity to ‘truck and barter’ stressed by classical economic liberalism, neoliberalism does not conceive of either the market itself or rational economic behavior as purely natural. Both are constructed—organized by law and political institutions, and requiring political intervention and orchestration. (BROWN, 2005, p. 41).

Frisa-se:

[...] Todas as correntes de esquerda concordam em defini-lo tanto como uma ideologia econômica (o discurso da eficiência social geral do mercado) quanto um processo econômico (políticas macroeconômicas voluntárias definidas por restrições monetárias e orçamentárias, pela não

manutenção de políticas sociais, e também o fenômeno objetivo da financeirização do 'capitalismo avançado'). (JEANPIERRE, 2007, p. 14).

Por ser desse modo, o quadro mais geral que avança na forma de um regresso às condições clássicas da reprodução simples que passa a ser ofertada através da privatização e mercantilização da vida social e política como um todo. Consequentemente, o individualismo e o seu par, as diversas formas da lógica da concorrência, introduz-se como um parâmetro despolitizador da coordenação de toda vida social em especial, reconfigurando os termos pelas quais a dinâmica política constitui seu pressuposto de legitimidade, segundo as regras do mercado, negando os pressupostos de uma vida social referenciada por mediações e práticas políticas democrática.

Tanto os movimentos e delimitação do próprio Estado, como as políticas estatais em geral, absorvem esses pressupostos de legitimidade a partir do mercado, como liquefaz todos os termos da cidadania e da sacralização do bem público, vazando-os nos termos de agentes consumidores e privatizações do espaço público. Especialmente relevante para os termos dessa vida democraticamente referenciada é a maneira pela qual esses mesmos pressupostos políticos vazam para a dinâmica do mercado de trabalho.

Destacam-se aqui as mudanças relacionadas a reprodução social dos trabalhadores e de sua lógica produtiva. Nesse sentido, primeiro, a força de trabalho toma para si o processo de desvalorização que lhe é inerente na relação trabalho vivo-trabalho morto. Habilidades e conhecimentos filtrados pelo trabalho morto, são agora confrontados pelos termos do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com suas dinâmicas próprias.

Igualmente, segundo, a perda de um dos pilares da consciência de classe da força de trabalho anuncia-se e se aprofunda carregada por um fator ideológico que equivale essa à figura do indivíduo como agentes maximizadores no interior do processo de produção. Visualizada as relações de trabalho dessa forma, o pressuposto da competição entre essa força de trabalho ergue-se como parâmetro da nova sociabilidade que deve induzir a ação política da classe trabalhadora dentro do Neoliberalismo.

Posicionada a lógica do mercado em termos da reprodução simples no interior de sua consciência subjetiva, a classe trabalhadora retrai-se em

sua capacidade de auto-organização e perde para a lógica do mercado sua unicidade política. À luz dessa situação sua consciência de classe, formada através de processos políticos e sociais que fixam os termos do igualitarismo e resistência entre os trabalhadores (THOMPSON, 1963), fragmenta-se posto que coagida pelos novos processos produtivos e lógicas organizacionais, o que bloqueia as formas de sociabilidades que lhe davam curso.

As políticas institucionalizadas de pleno emprego e as estratégias coletivas de barganha salarial puderam ser assim rechaçadas pelos estímulos extraeconômicos à concorrência entre os trabalhadores, em mercado de trabalho constrangido. Uma presumida taxa natural de desemprego atua para assegurar que possíveis desequilíbrios econômicos não impeçam o retorno desse às supostas condições de equilíbrio geral e permanência de políticas de ajustes e de contrações não apenas para o setor público.

Ainda, age para que o cerceamento da liberdade política dos trabalhadores apareça como elemento motivador para esses restringirem seu leque de decisões nos termos de uma maximização da função individual das utilidades, por onde passa como referenciador a lógica consumista da melhor escolha. Redução de custos, bloqueio para as transferências em ganho de produtividade e intensificação da jornada e do trabalho serão somados ao igual comprometimento dos benefícios indiretos, permitidos pelos anteriores acordo trabalhistas.

Com isso, a revisão e a eliminação dos direitos sociais em geral e, especialmente, dos direitos vinculados ao mundo do trabalho tomam pulso como consequência natural desses novos aspectos, posto que esses contrapunham-se ao discurso de maior eficiência do mercado e da competitividade internacional das economias nacionais. Limitar e bloquear toda a dimensão democrática e social forjada pelo mundo do trabalho torna-se, na sua dimensão mais geral, um processo de fortalecimento do Estado, o qual ancora-se sem mediações e/ou forma de oposições na classe dos proprietários de riqueza.

E isso vai operar no sentido de incrementar a lógica da reprodução simples do capital ao romper os elementos de virtuosidade presentes na introdução de inovação técnica nos termos kaleckianos (KALECKI, 1995, p. 19-20), entre ação política sindical e partidária que força os avanços

do progresso técnico, no sentido de redutor de custo do capital e de sua composição orgânica. A decorrência aqui é que na condição da reprodução simples do capital, não é colocado o problema da plena utilização da capacidade dos equipamentos produtivos e tampouco a inovação tecnológica traduz as vantagens advindas da melhor renda automaticamente associada para os equipamentos inovados.

Não obstante a presença desse aspecto um outro desenvolve-se pela simples ocorrência da presença do capital dinheiro no interior desses processos macros que atuam no longo prazo da reprodução capitalista. Assim, aceito que a inovação tecnológica é um dos fatores que estimulam a reprodução ampliada do capital no longo prazo, essas possibilidades tendem a ficar comprometidas no quadro do Neoliberalismo.

Isto porque quando há o predomínio da lógica neoliberal, com seu caráter rentista, as inovações perdem seu potencial produtivo revolucionário ao validarem a postulação de M. Kalecki (1995, p. 162) sobre os efeitos negativos do rentismo:

[...] el ahorro de los rentistas tenderá a generar una tendencia negativa uniforme si su valor real es una proporción constante del valor real del acervo de capital. Si el ahorro de los rentistas va en aumento en relación con el capital, la tendencia negativa se acentuará. [...] La tendencia sólo será positiva si las innovaciones ejercen mayor influencia que el ahorro de los rentistas. Es evidente también que la tendencia se retardará si disminuye la intensidad de las innovaciones o si se eleva el ahorro de los rentistas en relación con el acervo de capital.

E se esses têm no mundo do trabalho a natureza da sua maior ofensiva, para fazer valer a produção de um excedente nos termos da reprodução simples, integra esse instrumental o uso privado e socialmente indiferenciado da moeda. O ponto de partida é o regresso dessa à suposta condição neowickselliana para o começo do século XX, um feito nesse sentido.

Suposta a função:

onde, Y_{gt} é o produto bruto doméstico defasado ao tempo t ; Et é a expectativa mantida ao tempo t ; Rt e Rwt são taxas nominais e a taxa nominal dos juros da economia mundial, respectivamente; rer , taxa real do câmbio e pt é a meta para a taxa da inflação, segue-se, dentre várias considerações (ARESTIS, 2009, p. 6),

que,

- I. os riscos de crise de crédito desaparecem, graças a suposição que as operações de crédito serão plenamente quitadas;
- II. os agentes econômicos são dotados de expectativas racionais e possuem, sem restrições, acesso ao crédito;
- III. todos os ativos líquidos são considerados como equivalentes e haverá uma única taxa de juros para todos;
- IV. nenhum dos agentes sofrera de falta de liquidez em seus ativos;
- V. logo, os intermediadores financeiros não são necessários para o funcionamento dessa economia;
- VI. a moeda é residual na condição da taxa de juro real desejada realizar o estoque monetário sob controle do Banco Central;

Dessa maneira, as condições privadas do enriquecimento através do capital dinheiro coloca-se sem restrições e, portanto, um processo de ocultamento da moeda e das relações entre as classes sociais daí derivadas, seja como reserva de valor e fator de entesouramento, seja para a distribuição da renda e do investimento do capital, dá para as relações de troca o papel mediador e preponderante entre os sujeitos do mundo capitalista.

A condição pela qual todos serão iguais perante a moeda presume que o dinheiro deixa de ser escasso e pode ser produzido pela troca privada e pelos interesses da classe capitalista, gerando sua autonomização e consequentes crises. E, ainda, será junto com esse processo que se redefinam tanto a ação do Estado em torno das políticas monetárias e fiscais, pelo rebaixamento dessa última, como uma estratégia de indiferenciação dos sujeitos sociais no trato para com a moeda.

É nesse diapasão, que as políticas macroeconômicas e a dinâmica dos mercados, incluso o do trabalho, amalgamaram-se em um todo único, de plena sustentação do Sul ao Norte. Ancorados em uma sociabilidade política dessa natureza, o aspecto definidor do Neoliberalismo expressa-se livremente naquele processo de financialização do valor. Afirma-se dessa maneira que as dinâmicas das instituições políticas e econômicas absorvem e se tornam veículos da regressividade do Político, síntese entre a econo-

mia e a política, travando e impedindo os termos da universalização, em Direitos Sociais e Políticos, inerentes ao regime democrático.

Claro que essa mesma Democracia é uma disputa na história, tanto lá quanto cá, e que aquela anteriormente observada na Europa possivelmente já trazia elementos regressivos, muito próximos a uma mecanismo de atuação restrito a prática apenas da troca de governos, diferenciando-se das condições originárias do Sul.

Mas um novo sugadouro dos diversos aspectos sociais e institucionais vieram à tona ancorado na ruptura do Sistema de Bretton Woods, dada pelas novas condições políticas que encaixa-se como uma fase nova neoliberal do capitalismo. Os vínculos políticos para fora e para dentro do Estado Nacional, de sua moeda, do capital sob domínio das finanças dão os novos lastros para as condições, termos e regras de exercício do poder e aos problemas, claro, de legitimidade das políticas daí decorrentes.

A vivência democrática na região Norte e em sua relação com o Sul retraiu-se a esses novos termos, expressando-se por seu turno, na busca da conformação de um tipo de sociabilidade política e social necessária ao domínio desses pressupostos de condutas materiais e das lutas políticas que se fazem presentes, dentro e fora dos Estados Nacionais. Destacar os regressos das ações públicas as quais sustentaram o Estado de Bem Estar Social, certamente é afirmar os elementos factuais que dão corpo para essas novas práticas. E combatê-las deve servir como resgate daquelas dimensões onde se forja a democratização da Democracia.

4 UMA ECONOMIA POLÍTICA PARA SUPERAÇÃO DA CRISE EUROPEIA

Das contradições que lhe são inerentes deve objetivamente decorrer os desdobramentos pelas quais o Neoliberalismo pode vir a ser ultrapassado e, porquanto assim, superada a crise europeia e a própria crise econômica mundial. Um primeiro movimento nesse sentido foi o desencadeamento, que o colocou a prova, da crise de 2008 cujos efeitos e elementos encadeadores ainda atuam nas conjunturas dos diversos países. Os mais nítidos esforços de fazer da estagnação uma política de superação da crise, como visto rapidamente nessa apresentação.

O produto dessa intervenção foi o de ferir as suposições ideológicas que indicavam supostos ganhos em eficiência dos mercados, maiores produtividades e reforma institucionais que estimulassem a retomada, em melhores condições sociais para todas economias e pessoas, vale dizer, da reprodução capitalista na forma de um pleno emprego dos fatores.

Ao longo do período atual, factualmente pelo contrário, a permanência da condição mais geral da reprodução simples do capital que se manifesta na atual crise e dos seus efeitos é consensual. Junto a esse aspecto, a captura do Estado, das políticas públicas em geral e da própria moeda no interior da lógica Neoliberal, tornou-se patente, ferindo igualmente a proposição de cunho ideológico, do Estado Mínimo. A percepção política de que o Estado Mínimo serve aos interesses dos Rentistas, bem como daqueles que operam sua riqueza líquida no interior dos pressupostos do rentismo, tornaram-se evidente.

Evidente que o esgotamento no uso dos instrumentos das políticas econômicas colocadas em prática em todo o período desnuda-se, agora, como a falência do próprio modelo macroeconômico em uso, especialmente na sua referência para coordenação da economia mundial. A implosão econômica das economias periféricas termina por delimitar a expansão daquelas avançadas, para o interior das flutuações cíclicas decorrentes de sua reprodução capitalista simples.

Tudo isso se agrava com a entrada em cena das políticas de ajustes por parte daquelas Instituições, FMI, Banco Mundial, Bancos Centrais, etc., que potencializam os efeitos mais contraditórios do desdobramento da crise da reprodução, tanto ao nível doméstico quanto ao nível internacional (SAAD-FILHO; JOHNSTON, 2005).²

Unificar as concepções teóricas em torno de alguns poucos teoremas sobre a virtuosidade da disciplina e moralidade sociais dadas pela dinâmica do capital, demonstrou-se falho.

Frente a esse quadro desenha-se contemporaneamente algumas formas de superação. A primeira delas é a postulação de um possível retorno às formas do nekeynesianismo do pós-guerra, de natureza anglo-saxão, encabeçada pelo FMI. Em suma, busca-se um retorno para as con-

² Para tanto, veja capítulos 3 e 4 em Saad-Filho e Johnston (2005).

dições de sustentação da demanda agregada através dos gastos fiscais e dos investimentos em infra-estrutura por parte do Estado.

Uma outra vertente, já citada, é aquela que caminha no sentido de reafirmar, com correções de rumos, as virtudes do Neoliberalismo. O aprofundamento aqui deve significar mais menos Estado e uma política econômica por onde a taxa de juros atua para balizar a conta-corrente e os gastos fiscais dessas economias avançadas. Necessário dizer que, igualmente, aposta nos ganhos que um individualismo sem medidas traz para a vida social.

Uma vertente limite diz respeito a impossibilidade de reforma da crise e propõe alguma forma de avanço e superação do próprio capitalismo, sendo alguns países latino-americanos um exemplo dos mais apropriado para esses fins. Mas possivelmente ainda haja uma outra alternativa teórica e política que sintetiza e propõe diversos tipos de estratégias de resistência frente a uma sociedade movida nessa condição da reprodução simples.

Sendo assim, o teor dessa manifestação procura observar a brecha aberta pelo caminho que as contradições e crises movem o capitalismo global. Uma postulação democrática encaixa-se aqui, nos termos da mundialização e universalização do regime democrático, afastada a vontade Imperial nesse sentido. É que os Estados Nacionais devem tomar pulso dessas estratégias democratizantes, rearranjando as formas da legitimidade do exercício do poder político.

O ponto de convergência, portanto, para uma nova economia política que supere esse quadro deve ser o do internacionalismo, seja como uma proposição teórica e ideológica, seja como uma expressão da organização da classe trabalhadora, no sentido de adensar custos, em geral, para a reprodução capitalista. Opor-se às políticas de redução de custos e de ajustes, marcadamente dos gastos públicos, faz convergir programas de pesquisas e políticos diversos.

Adensar as Instituições protetoras e operadoras do Bem Estar coletivo, encaixa-se nessa estratégia. A qual com conseqüente aumento dos tributos sobre o excedente econômico e proteção ao desenvolvimento industrial tecnológico nos países, darão norte à resistência àqueles cortes sociais e buscam trazer o Estado para o lado da vivência democrática. Destaca-se, a importância de recuperar para o espaço público as operações

e políticas executadas pelos Bancos Centrais e com estes, as políticas públicas de investimentos.

No conjunto, os novos direitos, inclusos os de propriedade, de inclusão social, especialmente na saúde, educação, emprego e na questão dos gêneros, minoria e dos imigrantes, são incorporados àquela busca de adensamento da resistência contra as postulações do neoliberalismo.

5 AS PRECÁRIAS CONCLUSÕES

O amplo debate que ainda segue no interior das escolas ou comunidades epistêmicas sobre o estado da crise europeia e aqui reprisado, tem diagnósticos e expectativas diversas sobre o curso do seu desdobramento. Talvez aquela de recorte ortodoxo liberal com seus efeitos sobre a Economia Política Internacional padece mais de necessidades de justificativas e melhores ancoragem do que aquelas escolas de pensamento que recusam seus pressupostos neoliberais.³

Pois, a dinâmica da crise que recai sobre a União Europeia, para os heterodoxos digamos assim, para além de suas conjunturas mais específicas por certo engendrado no interior das relações bancárias havidas entre o sistema financeiro nacional norte-americano e aquele que se difundiu pela praça Londrina, no meio europeu, apenas expressa as condições mais críticas das respostas emitidas sobre a tendência à queda da taxa de lucro que a acompanha.

Por certo a sustentação do dólar e sua perene valorização ao longo dos anos de 1980, conjugado ao esforço da recuperação da indústria norte-americana produz o evento por nós delimitado como financialização, envolta por um esquema de reprodução simples do capital.

Exposto aqui como um processo de valorização das amarras entre dinheiro-capital e valor, a financialização nesses termos impõe por dentro de sua lógica um rebaixamento das condições da reprodução ampliada do capital às formas mais simples da reprodução capitalista. Essa redução da forma ampliada para a reprodução simples do capital leva aos fenômenos de estagnação e ajustes de preços-moedas-juros-investimentos a recaírem

³ Para IPE veja Katzenstein e Nelson (2013) e para os neoclássicos Snowdon (2007).

por sobre o mercado de trabalho e em especial, a relação entre salário-distribuição da riqueza.

Por seu lado, o processo de expropriação muda sua natureza e nega os elementos institucionais antes caracterizados pela formulação dessa mesma relação entre dinheiro-capital na forma keynesiana. Se os salários recebiam o controle por sobre seus fundamentos através de um sistema financeiro bancário controlado pelo Estado, ocorre uma mutação onde esses salários agora recebem o batismo e a dinâmica comandada pelo sistema financeiro nacional privado.

Uma mudança que também rebate, em função da dinâmica industrial em uma reprodução simples do capital, para o espaço de vivência dos demais Estados-Nações. O Balanço de transações e o de Pagamentos como um todo, absorvem não apenas os diferenciais correspondentes às trocas internacionais de mercadorias, mas o mais importante, recebem o impacto do movimento de valorização-desvalorização das moedas comandadas pela moeda reserva de valor em termos mundiais.

A ruptura entre a política fiscal e a da contenção salarial no interior do sistema financeiro bancário nacional irrompe e a perda da legitimidade desta primeira servirá como palco da luta política entre os Atores dessa nova sociabilidade política. Estes redimensionam suas lógicas à luz das combinações entre disputas pelo poder e força mediadas pela capacidade de inverter, inclusive na dimensão dos Impérios, as hegemonias impostas pelos vínculos dinheiro-capital dos Estados-Nações mais fortes.

Formas políticas de se responder as crises internas e seu legado externo tomam curso no estreito caminho institucional comandado pela Potência dominante, cujo veículo de induzimento vai se dar no interior das estreitas regras da liberalização financeira, dominação dos mercados abertos de capitais e dos novos blocos e conjunto de políticas públicas que possam ser daí extraídas. Especialmente aqui, as novas teorizações sobre o funcionamento desse vínculo respaldado tanto pela Hipótese da Eficiência desses Mercados, como pela escola neoclássica das Expectativas Racionais.

No interior das Instituições nacionais e supranacionais, tais como FMI; BID; OMC; BIS e os Bancos Centrais de todo o mundo, serão os postulados e as políticas derivadas desses modelos que darão a coesão inte-

lectual e científica e, assim, a legitimidade da racionalidade moderna para a consumação desses fins. O entorse aqui projeta-se tanto para o âmbito da racionalidade dos indivíduos, como também ao longo da cultura cívica própria aos espaços públicos. Na longa construção desde os anos de 1980, os limites de seus pressupostos aderiram inclusive às cláusulas da prática da guerra, qual seja, a possibilidade da privatização geral das forças militares.

Assim, assegurado o domínio das moedas e das finanças o Banco Central norte-americano e os Bancos europeus, especialmente o da Alemanha e o da União Europeia, convertem seus instrumentos em apoio a valorização desses ativos a nível mundial. História econômica conhecida, que demonstra a tensão entre o preço das moedas no longo prazo e a flexibilidade de seus preços de curto prazo, no interior das transações financeiras nos mercados abertos.

No rompimento da coalização política que comandou o período do pós-guerra, alavancando-se através de uma dinâmica industrial e de empregos muito próxima da superprodução e da expansão desse parque fabril para as diversas economias nacionais, aprisiona a lógica da valorização do capital desde a presidência de R. Reagan na expansão das finanças.

A tendência à queda da taxa de lucro, secularmente pressionada pela luta política clássica da sociabilidade capitalista, passa a ser negada pela nova forma de expropriação não-produtiva do valor. Montada na dinâmica da reprodução simples do capital, a forma absoluta de gerar valor retorna e escapa de suas determinações fabris relativas, derrubando o valor desses ativos como um todo.

Nesses termos, produzir valor através da acumulação de capital significa apenas investir em plantas e equipamentos para obter as condições monetárias necessárias à reprodução do valor no interior do sistema financeiro e de mercado de capitais. Uma mudança na origem da lógica da acumulação e da estrutura social e política que a acompanha desde sua configuração através dos diversos tipos de revoluções burguesas, modernas, que conhecemos.

As instituições políticas nascidas para conformar a condição mais geral da estabilidade política interna e internacional, socialmente assentadas, nos termos da disciplina impostas ao mundo do trabalho que permitia

a Democracia Social contemporânea, esvazia-se no interior das novas contradições filtradas pela nova ordem.

Na prevalência dos mercados que ditam horizontalmente seus termos existenciais, os direitos sociais e os fundamentos clássicos da cidadania, construído no após guerra, possuem dinâmicas contrárias aos seus impulsos: crescimento apoiado pela reprodução ampliada do capital e a políticas e práticas de pleno emprego.

Espera-se, portanto, uma transição para um quadro institucional e político aonde sustentado pelas condições econômicas observadas, a linguagem e a prática desses direitos percam seu sentido histórico. Parece ser o que vemos diante do quadro europeu e vale atentar para o fato de que aguarda-se aqui o primado da postulação de K. Popper.

REFERÊNCIAS

- ARESTIS, P. *New consensus macroeconomics: a critical appraisal*. New York: Levy Institute, 2009. Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_564.pdf>.
- ARTHUR, C. J.; GEERT, R. *The circulation of capital: essays on volume two of Marx's Capital*. London: Macmillan Press, 1998.
- BELLUZZO, L. G. M.; ALMEIDA, J. S. G. de. Enriquecimento e produção. keynes e a dupla natureza do capitalismo. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 23, p. 120-127, mar. 1989.
- BRENNER, R. El desarrollo desigual y la larga fase descendente: las economías capitalistas avanzadas desde el boom al estancamiento, 1950-1998. *Revista Encuentro XXI*, Santiago, n. 14, 1999. Edición especial.
- BROWN, C.; AINLEY, K. *Understanding international relations*. New York: Palgrave MacMillan, 2005.
- BROWN, W. *Critical essays on knowledge and politics*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- COUTINHO, L. G.; BELLUZZO, L. G. M. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 7, p. 129-154, 1996.
- JEANPIERRE, L. Qui a éteint la démocratie?. In: BROWN, W. *Les habits neufs de la politique mondiale: néolibéralisme et néoconservatisme*. Tradução M. Hentz. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2007. p. 5-34.

KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

KALECKI, M. *Teoría de la dinámica económica: ensayo sobre los movimientos cíclicos y a largo plazo de la economía capitalista*. Tlalpan: Fondo de Cultura Económica, 1995.

KATZENSTEIN, P. J.; NELSON, S. C. Reading the right signals and reading the signals right: Ipe and the financial crisis of 2008. *Review of International Political Economy*, Abingdon, v. 20, n. 5, p. 1101-1131, 2013.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro primeiro: tomo 2*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MORSE, R. M. *O espelho de Próspero: cultura e ideias na América*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NEVES FILHO, A. *Trabalho objetivado: a crítica da macroeconomia do FMI 1980-2008: uma contribuição ao debate*. 2012. 279 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

POMERANZ, L.; MIGLIOLI, J.; LIMA, G. T. *Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo: homenagem a M. Kalecki*. São Paulo: EdUSP; Fapesp, 2001.

SAAD-FILHO, A.; JOHNSTON, D. *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto Press., 2005.

SNOWDON, B. The new classical counter-revolution: false path or illuminating complement? *Eastern Economic Journal*, Basingstoke, v. 33, n. 4, p. 541-562, 2007.

TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1986.

THOMPSON, E. P. *The making of the english working class*. [S.l.]: Vintage Books, 1963.